

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 800 exemplares

Nº 1008

Servidores definem pauta unificada de lutas

Dirigentes de várias entidades nacionais dos servidores públicos federais reuniram-se na quarta-feira, 26, na sede da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), em Brasília, para definir eixos e ações da campanha salarial unificada de 2011.

Os representantes dos sindicatos discutiram o cenário político com a posse da presidenta Dilma Rousseff, que, em várias declarações, tem afirmado que pretende cortar investimentos no serviço público e congelar o salário dos servidores. Uma das maiores preocupações dos dirigentes sindicais é o PLP 549/09 (projeto do congelamento salarial), que limita gastos com o serviço público nos próximos dez anos, em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

"Também discutimos a necessidade de combater a tentativa de regulamentação, por meio do PL 248, da demissão de servidores por insuficiência de desempenho, as ameaças ao Direito de Greve, possíveis ataques à legislação trabalhista e à aposentadoria e a MP 520, editada no último dia do mandato do presidente Lula, abrindo brecha para privatizar serviços da área de saúde", ressalta a Coordenação da Fenajufe.

O encontro contou com a participação de representantes de entidades como a CUT, Condsef, Fasubra (técnicos-administrativos das Universidades Federais), CSP/Conlutas, Assibge (IBGE), Cnesf (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais), CNTSS (Seguridade Social), Sintbacen (Banco Central), Fenasp (INSS, Saúde e Seguridade Social), Andes (docentes das universidades) e Sinasefe (docentes e técnicos dos

Institutos Federais de Educação).

Após um amplo debate, os representantes das entidades sindicais definiram os seguintes eixos para a campanha salarial de 2011.

- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
- Regulamentação/institucionalização da negociação coletiva no setor público e Direito de Greve irrestrito;
- Retirado dos PLs, MPs e decretos contrários aos interesses dos servidores públicos (PLP 549/09, PL 248/98, MP 520/10 e demais proposições);
- Cumprimento, por parte do governo, dos acordos firmados e não-cumpridos;
- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Definição de data-base em 1º de maio;
- Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário-base e incorporação das gratificações.

CALENDÁRIO PREVÊ ATO DIA 16 DE FEVEREIRO

A avaliação dos dirigentes sindicais que participaram da reunião desta quarta-feira é que as mobilizações precisam ser retomadas o mais breve possível, ainda antes do feriado de Carnaval. Por isso, foi aprovado um calendário de luta que terá início no dia 16 de fevereiro com um ato, em Brasília, de lançamento da campanha salarial e para protestar contra as medidas que retiram direitos e privatizam os serviços públicos.

Ministra fala que reivindicações do PCS são legítimas, mas, por enquanto, é só conversa

Os meios de comunicação estão divulgando que a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, avaliou nesta quarta-feira, 26, como legítimas as reivindicações salariais pleiteadas por servidores do Judiciário Federal. Segundo matéria publicada na *Agência Brasil* (veículo do sistema Empresa Brasil de Comunicação, do governo federal), Miriam teria afirmado, entretanto, que é preciso ter "um pé na realidade".

Na terça-feira, 25, técnicos do STF afirmaram que, diferentemente do que vem sendo divulgado, o aumento almejado não é de 56% e, sim, de 31%. Miriam já havia dito que o aumento de 56% demandado para os servidores do Judiciário seria "bastante significativo". Seu antecessor, Paulo Bernardo, atual ministro das Comunicações, chegou a classificar o pedido de "delirante".

Neste sentido, é importante ressaltar que está tudo na fase do diz-que-diz. De concreto, o "empurrão" no PCS dos servidores depende do Poder Judiciário, que terá que bater pé no seu direito constitucional de autonomia administrativa e financeira.

A *Agência Brasil* também divulgou que a demora na aprovação do reajuste para servidores do Judiciário Federal estaria preocupando gestores do STF devido à constante evasão de funcionários. Segundo levantamento feito pelo Supremo, entre as 186 vagas que surgiram de maio de 2008 a dezembro de 2010 no Tribunal devido à rotatividade, 139 foram motivadas pela preferência do

servidor por tomar posse em outro cargo público.

De acordo com matéria da *Agência Brasil*, um dos principais argumentos dos gestores do Judiciário para explicar a evasão é a diferença entre os salários iniciais nas carreiras dos Três Poderes. Levantamento do STF aponta que o salário inicial em carreiras do Executivo pode chegar a R\$ 14,9 mil; no Legislativo, a R\$ 26 mil; enquanto no Judiciário, o inicial máximo é de R\$ 6,5 mil. "As pessoas saem porque passam em outro concurso público e não vêm a motivação para continuar no Judiciário", afirma o diretor-geral do STF, Alcides Diniz, no texto da notícia, disponibilizado no site da Fenajufe.

O levantamento, segundo a notícia, ainda aponta que, no cargo de analista judiciário, da área administrativa, das dez vagas que surgiram no STF no período, sete foram motivadas pela saída de servidores para ocupar o mesmo nível em outros Poderes: um dos servidores foi para o Ministério do Planejamento, um para o Tribunal de Contas da União, dois para o Senado Federal, um para agência reguladora, um para a Câmara dos Deputados e um para a Secretaria do Tesouro Nacional.

"A presidente Dilma tem se mostrado uma boa gestora, e, com certeza, levará em consideração esta evasão de servidores que está acontecendo no Judiciário ao retomarmos as negociações sobre o reajuste", avalia Diniz, em matéria publicada pela *Agência Brasil*.

É ver para crer... **E manter a luta.**

Servidores do TRT têm dificuldades para cumprir acordo

Servidores do TRT estão procurando Coordenadores do Sindicato porque não conseguiram cumprir o acordo feito com a Administração para reposição de horas em função da Greve em 2010. Como os acordos foram formalizados individualmente, mais servidores talvez enfrentem este problema. Vale lembrar que o Vice-Presidente do Tribunal, Gerson Taboada, havia alegado ilegitimidade do Sindicato para discutir acordos individuais, posição retirada em Sessão do Pleno do TRT12 no dia 13 de dezembro, quando ficou claro que o Sindicato não havia peticionado sobre o assunto.

Ao contrário do alegado pela Administração, os grevistas em Assembléia não aceitaram a proposta de repor todas as horas até o dia 19.12.2010, com o cumprimento de duas horas extras diárias, simplesmente por "intransigência". Alertamos a Administração, durante a negociação, sobre a possibilidade de ocorrerem pro-

blemas desta ordem, independentemente da vontade do servidor.

O Sindicato entendia que o acordo proposto não era viável, tanto pela ilegalidade de se cobrar jornada de nove horas diárias quanto por questões como acúmulo de férias, horário especial de estudante, e em especial, porque era uma forma, afinal de contas, de punir os grevistas, bem distante do discurso de conciliação tão difundido nos Tribunais.

A posição do SINTRAJUSC, portanto, não era de intransigência, e sim no sentido de ressaltar que a reposição de trabalho, como nas nossas lutas anteriores, sempre se mostrou compatível com as necessidades dos jurisdicionados e da Administração. Qual foi o motivo para não conciliar quando, na Greve de 2009, o agora Presidente, então Corregedor, aprovou a proposta de reposição de trabalho?